



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objeto desta análise é a contratação da prestação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação, de forma continuada, por demandas sucessivas e limitadas às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consistentes no desenvolvimento, manutenção, conversão de dados e documentação dos **Sistemas SHFTJ e FOLHA**.

1- REQUISITOS DE NEGÓCIOS UNIDADE DEMANDANTE

2.1- NECESSIDADE DE NEGÓCIO

Necessidade 1: Sistema Folha

Funcionalidade	Ator Envolvido
1 - Rotina de processamento mensal (cálculo) das folhas ordinária (salários), benefícios (auxílios), suplementares, 13º salário e adiantamento de 13º salário, etc. para pagamento de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.	Todos os Usuários do Sistema Folha
2 - Rotinas de envio/retorno/retificação de arquivos .txt de crédito bancário para comunicação de agendamentos/bloqueio de pagamentos com a instituição bancária.	
3 - Rotinas de Reserva de Margem Consignável diversas (Normal, especial, P.A.E., etc.)	
4 - Integrações com o sistema de RH (GPES).	
5 - Rotinas de importação de arquivos de consignatários com informações sobre consignações com desconto em folha.	
6 - Rotinas de exportação de arquivos de retorno para consignatários com as informações importados com ou sem sucesso.	
7 - Rotina para troca de informações relacionadas ao GFIP (FGTS e Informações Previdência Social) da Caixa Econômica Federal.	
8 - Importação de planilha para pagamento de Juizes Leigos.	
9 - Exportação de arquivos com informações de desconto de previdência e previdência complementar para RIOPREVIDÊNCIA e RJPREV respectivamente.	
10 - Geração de dados para Resolução CNJ 151/2012 - Anexo VIII.	
11 - Relatórios de Apropriação Contábil por faixa salarial, por situação, por quadro, por tipo de funcionários, etc.	
12 - Relatório de ficha financeira.	
13 - Gerador de Relatórios.	
14 - Emissão de espelho de contracheques.	
15 - Relatórios para fechamento de folha.	



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

16 - Emissão de certidão de contribuições previdenciárias.	Todos os Usuários do Sistema Folha
17 - Emissão de certidão para devolução de contribuições previdenciárias sobre cargo em comissão/função gratificada.	
18 - Consulta de dados calculados.	
19 - Rotinas para lançamentos de ganhos/descontos em lote, individual, geral.	
20 - Cadastro, cálculo e migração de lançamentos realizados em processos.	
21 - Cadastro de funcionários, magistrados, cotistas, etc.	
22 - Cadastro de rubricas.	
23 - Relatórios Anuais da DIRF e RAIS e seus relatórios de apoio, emissão de comprovantes, configurações de itens e geração de dados.	
24 - Consulta de Contracheque via WEB.	
25 - Comprovante de Rendimentos para IRPF via WEB.	
26 - Implementação de novas funcionalidades e mecanismos internos que promovam aderência total e irrestrita aos requisitos e obrigações oriundos do eSocial.	
27 - Qualquer outro requisito que já exista no sistema antes do início desta contratação, mas que porventura não esteja discriminado na lista acima, também deverá ser plenamente sustentado através dos serviços mencionados no item 3.1 do projeto básico pela CONTRATADA.	

Necessidade 2: Sistema SHFTJ

Funcionalidade	Ator Envolvido
1 - Controle de licença especial de magistrados.	Todos os Usuários do Sistema SHFTJ
2 - Controle de tempo de serviço dos funcionários e magistrados.	
3 - Consultas e relatórios diversos, tais como: frequência, movimentação de férias, situação de funcionários e magistrados, movimentações de funcionários e magistrados, faltas não justificadas.	

2.2- Demais Requisitos

Tipo 1: (Capacitação)	Requisitos: <ul style="list-style-type: none">No caso de projetos de melhorias, que abrangem manutenções evolutivas e adaptativas, a CONTRATADA deverá realizar apresentações para funcionários ou usuários designados pelo PJERJ, presencialmente ou com transmissão por videoconferência ou qualquer outro meio, com o objetivo de exibir as funcionalidades novas ou alteradas, sem ônus para o PJERJ.Transferência de conhecimento para os funcionários do PJERJ, o que compreende a capacitação destes na correta e completa forma de operação
------------------------------	---



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

	<p>dos Sistemas objeto da presente contratação, incluindo o fornecimento de toda documentação funcional produzida em decorrência do contrato. A transferência de conhecimento deverá ocorrer em eventos específicos e deve ser efetuada por meio de documentos técnicos, manuais específicos, palestras, treinamentos, workshops e base de conhecimento desenvolvida.</p> <ul style="list-style-type: none">• A transferência de conhecimento será regida pelo Plano de Transferência de Conhecimento, que deverá ser elaborado pela CONTRATADA sob demanda do CONTRATANTE e aprovado por este.• A metodologia a ser utilizada para a transferência de conhecimento, bem como o cronograma e horários dos eventos deverão constar no Plano de Transferência.• O CONTRATANTE definirá quais profissionais participarão dos eventos de transferência de conhecimento, sendo de sua responsabilidade assegurar comparecimento dos indicados, cumprimento da carga horária de capacitação e disponibilização de local com a infraestrutura/recursos necessários aos treinamentos.• A CONTRATADA deverá descrever no Plano de Transferência de Conhecimento a metodologia a ser utilizada posteriormente pelos técnicos que poderão ser multiplicadores do conhecimento.• A CONTRATADA deverá também capacitar a equipe da DGTEC para utilização dos Sistemas da empresa para futura administração pela equipe do PJERJ. Para este caso também será de responsabilidade da CONTRATANTE assegurar comparecimento dos indicados, cumprimento da carga horária de capacitação e disponibilização de local com a infraestrutura/recursos necessários aos treinamentos.• A critério do CONTRATANTE, os eventos que de transferência de conhecimento poderão ser gravados em áudio e vídeo. <p>Os serviços de transferência de conhecimento não geram custo adicional para o CONTRATANTE.</p>
Tipo 2: (Requisitos Legais)	Requisitos: <ul style="list-style-type: none">• Cumprir e fazer cumprir por seus profissionais as normas e os regulamentos internos do PJERJ, sem quaisquer ônus para o Contratante.• Atender, em suas atividades, à legislação federal, estadual, municipal, normas e regulamentos em vigor.• Resolução CNJ nº 90/2009: dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.• Acórdão Plenário TCU 1.603/2008: Levantamento de auditoria. Situação da governança de tecnologia da informação -TI na administração pública federal. Ausência de planejamento estratégico institucional. Deficiência na estrutura de pessoal. Tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Recomendações.• Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: institui normas para licitações e contratos



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

da Administração Pública e dá outras providências.

- Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991: dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.
- Decreto 7.174 de 12 de maio de 2010: regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
- Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997: dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Instrução Normativa 04/2014 SLTI/MPOG.
- Acórdão Plenário TCU 2.362/2015: AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS ADOTADO PELAS ORGANIZAÇÕES COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
- Os Sistemas SHFTJ e FOLHA, assim como suas versões evolutivas e derivativas, são de propriedade única e exclusiva da CONTRATADA, comprovada através de certificado de propriedade emitido pelo SINDICATO DE EMPRESAS DE INFORMÁTICA – TIRIO, e estão devidamente licenciados para uso pela CONTRATANTE, em conformidade à legislação de proteção à propriedade intelectual e em específico à lei do software (Lei 9.609, 19/02/1998).
- A empresa deverá adequar as alíquotas do PIS (Programa de Integração Social – Lei Federal n.º 10.637/02) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) à legislação em vigor (Lei federal 10.833/03), ou do Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o regime de tributação da empresa, que deverão ser comprovados através de documento que indique o regime de tributação, a ser entregue juntamente com a planilha de composição de custos.
- Ocorrendo o atendimento dos requisitos legais, a contratada deverá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no § 5º - C, do art. 18. da LC n.º, em especial no tocante às alíquotas fixadas no Anexo IV da citada Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.
- A tributação do ISS para o serviço objeto da presente contratação corresponderá à alíquota exigida no município do local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, conforme art. 3º, caput da Lei Complementar nº 116/2003.



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

	<ul style="list-style-type: none">• A sociedade empresária domiciliada fora do Município do Rio de Janeiro cujo serviço esteja descrito no Anexo I do Decreto Municipal nº 28.248/2007 e que emita documento fiscal autorizado por outro município deverá estar registrada no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios (CEPOM), conforme disciplina a Resolução SMF nº 2.515/2007.
Tipo 3: (Requisitos de manutenção)	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os serviços objeto desta contratação deverão ser prestados pela contratada, não sendo permitido terceirização destes.• Somente no caso de falência, o PJERJ poderá optar pela contratação de terceiros para realizar manutenções de caráter corretivo ou evolutivo, conforme recomenda item 28 e 29 do acórdão Nº 2615/2007 – TCU – PLENÁRIO.• A execução dos serviços terá início a partir da data indicada no memorando, expedido pelo órgão fiscal, após a publicação do contrato, o que ocorre após a emissão do respectivo empenho.• Os serviços serão solicitados pelo Contratante mediante abertura de ordem de serviço (OS) junto à Contratada, via chamada telefônica local ou DDG (0800), e-mail, internet ou sistema destinado para este fim, devendo o recebimento das ordens de serviço ocorrer em horário comercial (8x5) sem limite de horas ou chamados, com direito à resolução de dúvidas pertinentes ao produto e para solução de problemas.• O atendimento será remoto. Entretanto, conforme conveniência do CONTRATANTE, eventualmente poderá haver atendimento presencial nas dependências do PJERJ.• As ordens de serviço de SUSTENTAÇÃO deverão ter seu nível de criticidade definido, para que seja possível trabalhar com os prazos de início de atendimento e entrega de solução definitiva, conforme abaixo:<ul style="list-style-type: none">❖ Para manutenções corretivas e apurações especiais:<ul style="list-style-type: none">▪ Nível 01: Problema de grande impacto onde as operações do cliente são interrompidas, o trabalho não pode ter sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui o mais alto nível de criticidade. Prazo máximo para solução: Em até 8 horas úteis do encaminhamento da OS.▪ Nível 02: Problema de médio impacto que envolve perda de funcionalidade ou impacto negativo nos processos de trabalho. Prazo máximo para solução: Em até 40 horas úteis do encaminhamento da OS.▪ Nível 03: Corresponde às necessidades urgentes e envolve correção de defeitos com pequeno impacto nas atividades dos usuários. Prazo máximo para solução: Em até 160 horas úteis do encaminhamento



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

da OS.

❖ Demais serviços incluídos nos serviços de sustentação:

- **Nível 01:** Corresponde às necessidades do CONTRATANTE que têm grande impacto nos processos de trabalho de um número grande de usuários ou grande impacto no negócio. **Prazo máximo para solução:** 72 horas corridas. (3 dias corridos).
- **Nível 02:** Corresponde às necessidades do CONTRATANTE e que têm impacto nos processos de trabalho de um grupo de usuários ou impacto médio no negócio. **Prazo máximo para solução:** 360 horas corridas (15 dias corridos).
- **Nível 03:** Corresponde às necessidades do CONTRATANTE e causam pouco impacto no negócio. **Prazo máximo para solução:** 720 horas corridas (30 dias corridos).

- Os prazos de atendimento para Serviços de MELHORIA serão definidos de acordo com o tamanho do Ponto de Função, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Prazos de atendimento	
Tamanho máximo do serviço em pontos de função	Prazo máximo para atendimento da demanda, após aprovação de custos (em dias corridos)
20	30
30	45
40	60
60	90
100	120
200	150
300	180
400	210
500	210
600	240
700	270
800	270



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

		900	300	
		1000	330	
		Acima de 1000	Negociável entre as partes	
		<ul style="list-style-type: none">• Todos os custos decorrentes da realização dos serviços, incluindo os serviços fora do horário regular, como, por exemplo, deslocamentos, alimentação da equipe e pagamento de horas-extras deverão ocorrer de responsabilidade da Contratada.		
Tipo 4: (Requisitos Temporais)	Requisitos: <ul style="list-style-type: none">• A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contada da data indicada no memorando de início do serviço, expedido pelo órgão fiscal, após a publicação do extrato do termo de contrato, o que ocorre após a emissão do respectivo empenho, sendo prorrogável na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, por meio de termo aditivo que conterà cláusula de rescisão amigável.• O reajuste será aplicado em períodos de 12 (doze) meses.			
Tipo 5: (Requisitos de Segurança)	Requisitos: <ul style="list-style-type: none">• Respeitar os critérios de sigilo, aplicáveis aos dados, informações e às regras de negócios relacionados com a prestação do serviço contratado.• A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas e Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.• Todas as informações transmitidas pelo Contratante para a Contratada e aos seus funcionários são de caráter confidencial e não poderão ser transmitidas ou facilitadas a quem quer que seja, sem expressa autorização do Contratante.• A contratada não poderá permitir que dados ou informações do TJERJ aos quais seus empregados e colaboradores tenham acesso ou manipulem sejam retirados das dependências do TJERJ, não importando o meio em que estes se encontrem, tais como discos rígidos, discos óticos, memórias em estado sólido, documentos, mensagens eletrônicas e outros.• A contratada deverá adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade do Tribunal, tendo em vista que diversas informações sigilosas são mantidas pelos seus sistemas corporativos.• Deverá ser comunicado à DGTEC antecedência mínima de 3 (três) dias qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Tribunal, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.• A empresa contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil,			



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

	penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TJERJ ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.
Tipo 6: (Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais)	Requisitos: <ul style="list-style-type: none">• Obedecer aos critérios de gestão ambiental estabelecido nas legislações, normas e regulamentos específicos ao serviço, visando a melhoria e o desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos;• Atender, em suas atividades, à legislação federal, estadual, municipal, normas e regulamentos em vigor;• As atividades desempenhadas pela Contratada devem ser conduzidas considerando a preservação, conservação e a recuperação do ecossistema, desenvolvendo suas ações de forma a valorizar o bem estar dos trabalhadores, promovendo a qualidade de vida.• Os serviços prestados deverão observar os requisitos de acessibilidade utilizados pelo TJERJ, com o objetivo de atender à diversidade de usuários internos e externos das soluções de TI providas pelo TJERJ.

2- LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES

Solução	Entidade	Valor
1 – Manter utilização dos Sistemas SHFTJ e FOLHA.	TJRJ	R\$ 172.749,61 (mensais)

Descrição: Manter utilização dos Sistemas SHFTJ e FOLHA, de propriedade da MPS Informática, e dispensar licitação por inexigibilidade.

Fornecedor: MPS INFORMÁTICA

Solução	Entidade	Valor
2 – Desenvolver novos Sistemas FOLHA e SHFTJ com a Fábrica de Software já contratada pelo TJRJ.	Não apurado	Não apurado

Descrição - Os sistemas em questão foram modificados para utilização exclusiva no TJERJ e tratam informações que possuem impacto expressivo na vida funcional e pessoal de magistrados e servidores, como por exemplo, pagamento de salários, contagem de tempo de serviço e outras informações. A eficácia e eficiência que os sistemas possuem hoje são frutos de modificações efetuadas ao longo dos anos, desde 1987, para adequação às regras de negócios, decisões administrativas, requisitos legais, exigências de órgãos de controle e outros diversos requisitos.

Desenvolver novos softwares traria a reboque custos adicionais, tais como custos com levantamento de requisitos, codificação do software, testes, homologação, treinamentos, migrações de bases de dados, integrações com outros sistemas internos e externos ao TJERJ, além de outras implementações que só ficam em evidência com o decorrer do trabalho de desenvolvimento. Além do impacto financeiro, temos o impacto temporal, pois atividades de construção de software, sabidamente, provocam, na fase de implantação, dilatações nos processos de trabalho suportados pelos sistemas



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

a serem abordados, podendo gerar a interrupção dos serviços hoje realizados.

Para ilustrar esse cenário, tomando como exemplo apenas o sistema FOLHA - em razão de sua evidente expressividade neste contrato - foi realizado um estudo do esforço necessário para desenvolver um novo Sistema Folha. Atualmente esse sistema possui 406 telas de interfaces gráficas (Função de Entrada Externa), 685 tabelas de banco de dados para uso próprio (Função de Arquivo Lógico Interno), 50 tabelas disponibilizadas a outros sistemas corporativos para fins de integração (Função de Arquivo de Interface Externa) e 237 relatórios.

Utilizando-se a técnica PERT, observando a tabela de contribuições do IFPUG/NESMA, foram estimados **10.115,83** Pontos de Função para construir essa estrutura para um novo software, quantidade que necessitaria da alocação de boa parte dos profissionais da fábrica responsável pela manutenção dos diversos sistemas da área de pessoal, impactando significativamente em todos os projetos de melhorias desses sistemas, inclusive e principalmente os projetos estratégicos, sem ter a garantia de que o novo sistema atenderia ao TJRJ da mesma forma que Sistema Folha atende.

Há de se considerar ainda o indispensável período de convivência simultânea do sistema atual e o novo, até que este substitua plenamente aquele. Até que isso aconteça, será necessário sustentar e manter o sistema que está sendo substituído, o que torna esta solução mais custosa.

Portanto, tendo em vista os transtornos causados pelo desenvolvimento de um software e considerando a criticidade e sensibilidade das informações tratadas por esses sistemas e as possíveis consequências em caso de falhas, esta opção foi descartada.

Fornecedor: Spassu Pessoal.

Solução	Entidade	Valor
3 – Aquisição de novo software no mercado	Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul	R\$ 67.102,50

Descrição - Em consulta ao portal Comprasnet no dia 21/05/21, verificamos que foram adquiridas licenças do produto vencedor do pregão 15/2019 realizado pelo Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul (UASG: 925797). Este produto possui soluções para gestão de RH e folha de pagamento. Baseando-se nos valores dessa contratação, foi feito um estudo do custo estimado caso tal solução fosse aplicada no TJERJ para implantar um novo Sistema Folha. A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos serviços inclusos no contrato e, nos itens onde for necessário, serão feitas correções nos valores a fim de manter a aderência desta pesquisa de preço à realidade do TJERJ.

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Observação para Aderência ao TJERJ	Valor Aderente ao TJERJ
1	Solução integrada, parametrizável e customizável para suporte às atividades da Gestão de Pessoas do Coren-MS, com fornecimento de licenças de uso definitivo, incluindo garantia e atualização de versões por 12 (doze) meses.	1	R\$ 22.286,50	R\$ 22.286,50	Não há	R\$ 22.286,50
2	Treinamento de usuários Administradores (4 funcionários). Sendo 2 (dois) TIs e 2 (dois)	1	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00	Não há	R\$ 5.100,00



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

	Gestores de Recursos Humanos.					
3	Implantação, configuração, customização inicial e carga dos dados para execução de folha de pagamento de no mínimo 100 (cem) indivíduos, entre eles, funcionários, estagiários e menores aprendizes ativos.	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	Não há	R\$ 4.500,00
4	Migração, configuração e carga dos dados históricos para até 150 (cento e cinquenta) cadastros de empregados ativos/inativos).	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	Observação 01	R\$ 500.000,00
5	Serviço de manutenção, atualização e suporte técnico do sistema de Folha de Pagamento.	1	R\$ 18.216,00	R\$ 18.216,00	Não há	R\$ 18.216,00
6	Customização de aplicações do sistema de Folha de Pagamento, sob demanda de Hora Técnica.	100	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00	Observação 02	R\$ 4.855.593,60
TOTAL:						R\$ 5.405.696,10

Observações para Aderência ao TJERJ:

Observação 01 (Item 4) - O serviço em questão prevê apenas migração de até 150 cadastros de empregados ativos e inativos. A realidade do TJERJ é expressivamente mais complexa, uma vez que contamos, aproximadamente, com 15 mil cadastros de magistrados e servidores ativos e inativos, ou seja, o escopo é 100 vezes maior. Fazendo um cálculo direto e proporcional (único meio à mão), ao multiplicarmos o valor cobrado para tratamento de 150 cadastro (R\$ 5.000,00) por 100, temos o resultado de R\$ 500.000,00.

Observação 02 (Item 6) - Neste item é necessário realizar um ajuste considerável para que possamos ter uma **estimativa** mais aproximada da real dimensão do desafio de customizar um novo sistema de folha de pagamento à realidade do TJERJ.

Parte-se do princípio que um sistema de folha de pagamento que se proponha a atender o TJERJ deve ser semelhante (em tamanho e complexidade) ao sistema que atualmente utilizamos.

O atual Sistema Folha possui 406 telas de interfaces gráficas (Função de Entrada Externa), 685 tabelas de banco de dados para uso próprio (Função de Arquivo Lógico Interno), 50 tabelas disponibilizadas a outros sistemas corporativos para fins de integração (Função de Arquivo de Interface Externa) e 237 relatórios.

Utilizando-se a técnica PERT, observando a tabela de contribuições do IFPUG/NESMA, foram estimados **10.115,83** Pontos de Função. Este seria o esforço necessário para construir um novo sistema de folha de pagamento nos moldes do atual, completamente "do zero".

Entretanto, o que pretendemos calcular aqui é o trabalho de customização de um **sistema pronto**. Neste caso, seguindo as orientações do Roteiro de Métricas do SISP (versão 2.3), em seu item 4.2 (projeto de melhoria), é necessário aplicar fator de impacto para redução do esforço em 50%.



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Assim, o esforço de customização para que um sistema de folha de pagamento seja aderente ao TJERJ é de, **aproximadamente, 5.057,91** Pontos de Função.

O pregão em análise utilizou **Hora Técnica** como unidade de medida de esforço de customização. O contrato que estamos desenvolvendo utiliza **Pontos de Função** como unidade de medida. Assim, seria necessário fazer a conversão dessas medidas a fim de aferir o custo real desse serviço.

No contrato atual, um desenvolvedor consegue produzir 1 Ponto de Função a cada 8 horas de trabalho. A conversão, portanto, será feita com base nessa relação.

Assim, temos:

1 Hora Técnica (HT) = R\$ 120,00.

1 Ponto de Função (PF) = 8 HT.

Logo: 1 PF = R\$ 960,00.

Sabendo que o esforço de adequação em pontos de função equivale a **5.057,91** e que cada ponto de função custaria em torno de R\$ 960,00, é possível obter o custo das adequações necessárias com o cálculo: **5.057,91 PF x R\$ 960,00**
Cujo resultado é: **R\$ 4.855.593,60.**

Duas observações necessárias sobre este cálculo:

1. É importante salientar que este é um cálculo de estimativa **bruto**. Não estão considerados nesses cálculos, por motivos óbvios, fatores que poderiam atenuar esse valor, como descontos por consequência da grande quantidade de pontos de função a serem contratados, funcionalidades que já existam no sistema a ser adquirido e que estejam **totalmente** aderentes ao TJERJ, dentre outras situações que são impossíveis identificar no momento.
2. O cálculo apresentado tem como escopo, aproximadamente, 15 anos de melhorias, manutenções evolutivas e adaptativas, realizadas no sistema atual para que ele fosse capaz de atender as especificidades das regras de negócio e dinâmicas envolvidas na gestão de folha de pagamento do TJERJ.

É importante observar que além do custo financeiro, há de se considerar que tais personalizações consomem tempo até que estejam implementadas e livres de erros ou falhas.

Há de se considerar ainda o indispensável período de convivência simultânea do sistema atual e o novo, até que este substitua plenamente aquele. Até que isso aconteça, será necessário sustentar e manter o sistema que está sendo substituído, o que torna esta solução mais custosa.

Portanto, tendo em vista os custos e transtornos causados pela aquisição de um software de mercado e considerando a criticidade e sensibilidade das informações tratadas por esses sistemas e as possíveis consequências em caso de falhas, esta opção foi descartada.

Fornecedor: CASA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

3- ANÁLISE DAS SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS EXISTENTES



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Requisito	Identificação da Solução Existente	Sim	Não	Não se aplica	
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração pública federal?	Manter utilização dos Sistemas SHFTJ e FOLHA.		X		
A solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?			X		
A solução é um software livre ou software público?			X		
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?				X	
A solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?			X		
A solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do – Moreq-Jus Brasil?				X	
Requisito	Identificação da Solução Existente	Sim	Não	Não se aplica	
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração pública federal?		X			
A solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro				X	
A solução é um software livre ou software público				X	
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?				X	
A solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?			X		
A solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do – Moreq-Jus Brasil?				X	
4- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA					
5-1- Solução Escolhida					
Descrição: Manter a utilização dos Sistemas SHFTJ e FOLHA.					
Bens e Serviços	Valor Estimado				



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Serviço de sustentação dos Sistemas FOLHA e SHFTJ	Gerência (40 horas)/mês	R\$ 14.078,38
	Serviço de Sustentação do Sistema Folha (390 horas)/mês	R\$ 65.091,78
	Serviço de Sustentação do Sistema SHFTJ (Taxa Básica)	R\$ 4.385,76
	Serviço de Melhoria do Sistema Folha (106,14 PF sob demanda)/mês	R\$ 89.193,69
TOTAL	R\$ 172.749,61 Mensal R\$ 4.145.990,64 no período de 24 meses.	

Justificativa: (Motivar a escolha da solução, de preferência às demais analisadas)

Os sistemas SHFTJ e FOLHA foram desenvolvidos exclusivamente para o TJERJ e são considerados críticos, uma vez que fazem a gestão de informações sensíveis e que possuem relação direta com a vida funcional e pessoal de magistrados e servidores do TJERJ. Além disso, os sistemas em questão possuem funcionalidades que permitem o cumprimento de exigências de diversos órgãos de controle internos e externos, bem como adequabilidade às legislações pertinentes.

Portanto, a exatidão e tempestividade dos resultados gerados por essas ferramentas devem ser priorizadas e garantidas, pois, do contrário, atividades como pagamento de salários e contagem de tempo de serviço de magistrados poderiam ser prejudicadas ou mesmo inviabilizadas, o que teria impacto direto e expressivo na vida funcional e pessoal de magistrados e servidores do TJERJ.

Considerando o contexto acima, entendemos que o caminho mais seguro para que os serviços continuem sendo prestados com a eficácia e eficiência necessária é a recontração da empresa que hoje os fornece, por ter projetado, desenvolvido e mantido esses sistemas em pleno funcionamento durante todos esses anos, sendo profunda conhecedora das camadas mais internas dessas ferramentas.

Os códigos fontes desses sistemas são de propriedade da empresa MPS Informática LTDA, que projetou, desenvolveu e sustenta essas soluções, a saber, SHFTJ e FOLHA, desde 1987, possuindo certificado de propriedade do sistema emitido pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA – TIRO.

Desta forma a empresa é a fornecedora única e exclusiva no mercado que dispõe da solução devidamente adequada às necessidades do TJERJ e, portanto, enquadrando-se no caso previsto no artigo 25 inciso I da lei 8.666/93, que versa sobre a exclusividade no fornecimento de serviços:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante



ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; (grifo nosso)

Ocorre ainda que a não contratação desta empresa implica em alocação e treinamento de servidores efetivos desta Corte para substituir a equipe contratada, sendo certo que haverá paralisação parcial ou total dos serviços hoje prestados até que esses servidores possuam o mesmo nível de expertise da equipe contratada.

Estes fatos tornam evidentes que a única solução possível é a de manter os sistemas SHFTJ e FOLHA atualmente em funcionamento.

É digno de nota que a referida empresa vem prestando os serviços objeto da contratação supracitada, a contento, não havendo qualquer impedimento quanto às exigências e cumprimento das condições estipuladas no contrato vigente, tendo em vista que todas necessidades do TJERJ, no que concerne a prestação dos serviços em questão, vem sendo atendidas de forma satisfatória pela empresa.

Diante do exposto, esta alternativa é a escolhida.

6-BENEFÍCIOS ESPERADOS

Benefício (Benefícios advindos da contratação e da entrega ou implementação da solução de TI escolhida)

Espera-se que as demandas, ordinárias ou urgentes, oriundas dos setores que utilizam os Sistemas SHFTJ e FOLHA sejam atendidas a contento, garantindo o bom andamento do serviço.

7-AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Tipo de Necessidade	Descrição
Não se aplica	Não se aplica

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Técnico	Integrante Demandante	Integrante Administrativo
_____	_____	_____

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2021.